

A CAMPANHA NACIONALISTA E A INSPEÇÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA

Ademir Valdir dos **Santos** – UTP

Introdução

No Brasil, políticas e ações voltadas para a configuração de um projeto nacionalizador podem ser identificadas nas primeiras décadas do século XX, manifestadas em diversos setores da sociedade, buscando inculcar idéias e valores que resultariam numa homogeneização necessária para que o país ingressasse na modernidade. Neste cenário, a educação escolar nacional foi compreendida como elemento estratégico para semear e difundir tal nacionalismo, sendo as escolas vistas como locais fundamentais para que se forjassem, na infância e juventude, devotados cidadãos e patriotas. (GERTZ, 1994; SCHWARTZMAN, 1983; SEYFERTH, 1999).

Contudo, a idéia de nação única, que congrega os mesmos valores e partilha sentimentos comuns de pertencimento, estaria ameaçada pela existência, em algumas regiões, de comunidades organizadas com base em aspectos sociais e culturais estrangeiros, antinacionais e isentos daquele patriotismo preconizado pelo governo brasileiro. Por isso, a partir das primeiras décadas do século passado, mas sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), medidas com propósitos nacionalistas atingiram aquelas localidades oriundas da imigração européia, principalmente as dos estados sulinos.

Fundadas a partir da segunda metade do século XIX, as colônias de imigrantes alemães catarinenses criaram e perpetuaram aspectos de sua cultura como o uso de língua estrangeira, as práticas religiosas protestantes, além de hábitos e costumes importados que lhes permitiram criar uma identidade própria; nesse processo, as instituições educacionais comunitárias, conhecidas como escolas alemãs – *deutsche schulen* – foram fundamentais na perpetuação étnica da herança cultural trazida. Essas escolas constituíam locais privilegiados de elaboração de conteúdos étnicos e o seu papel educativo foi estratégico, sendo que na visão que permeou a campanha de nacionalização, cerca de 1 500 escolas alemãs espalhadas pelos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, “[...] deram visibilidade ao grupo ‘alemão’ e o transformaram em paradigma do enquistamento.” (SEYFERTH, 1999, p. 204-205). Naquele momento histórico, as escolas étnicas foram vistas como ambientes desintegradores que não atendiam à implementação de políticas e práticas pedagógicas sintonizadas com a campanha de nacionalização.

No conjunto de aspectos estrategicamente utilizados com a intenção de eliminar focos contrários ao projeto nacionalista, elegemos a inspeção escolar como elemento para uma análise da natureza e do alcance dos intentos nacionalistas durante a primeira metade do século XX. Quanto à metodologia empregada, nossa pesquisa documental se apoiou na análise de conteúdo de textos da legislação educacional à época, que fornecem alguns elementos para a constituição histórica da atividade de inspeção e discutem seu papel no âmbito da campanha de nacionalização no Estado de Santa Catarina. Constituem este conjunto as seguintes fontes primárias: Disposições relativas ao ensino privado, editadas em 1919; Revista do Ensino Primário, de setembro de 1922, onde está encartada a legislação educacional catarinense da época e que ali aparece sob o título Legislação escolar; Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes, de 1926; livro de termo (de inspeção escolar), que relata visitas realizadas a partir de 1936 em uma escola primária rural catarinense; relatório da direção da Companhia Colonizadora Hanseática, fonte inédita coletada no arquivo do Estado em Hamburgo (*Staatsarchiv Hamburg*), Alemanha (*BERICHT der Kolonie-Direktion hammonia über das Jahr 1904*). Ao lado disso, dialogamos com autores da historiografia da História da Educação brasileira.

Quanto à estrutura deste trabalho, primeiro trazemos alguns elementos para contextualizar a questão educacional catarinense e as escolas primárias estrangeiras no ambiente das primeiras décadas do século passado. Em seguida, apresentamos referências históricas sobre a inspeção escolar e suas funções no cenário educacional. Imediatamente, trazemos uma análise de relatórios de inspeção escolar elaborados no período de nacionalização. Por fim, discutimos as relações entre o serviço de inspeção escolar e a campanha nacionalista em território catarinense à época.

As escolas e a legislação nacionalista

Nas comunidades sulinas de imigrantes alemães esses sujeitos construíram espaços representativos de suas instituições sociais: casas; capelas e igrejas; salões para atividades de canto, bailes e outras comemorações diversas, que às vezes eram aparelhados também para práticas desportivas como a ginástica, o tiro ao alvo e o bolão. Porém, dentre o complexo cenário de institucionalização nas comunidades de imigrantes, destacou-se, por sua natureza e finalidade social, a instituição escolar por eles criada: a *deutsche schule* ou escola alemã, identificada com uma cultura simbólica e material específica.

Tais escolas alemãs, muitas vezes tratadas como escolas teuto-brasileiras, são unidas por alguns traços fundamentais. Uma tipificação nos fornece os critérios para seu estudo enquanto espaço educativo: a) eram estabelecimentos somente de ensino primário; b) foram fundados por iniciativa dos próprios imigrantes, colonos de zonas rurais ou de áreas de incipiente urbanização; c) ao longo de décadas, foram sendo transformadas ou mesmo desapareceram em sua forma originária, em função de determinações legais das políticas educacionais e da expansão da rede oficial pública que, de certo modo, a substituiu; d) caracterizavam-se pela ambigüidade, expressas nos conflitos culturais entre a necessidade e conveniência de integração ao meio nacional e a manutenção e transmissão de valores e padrões de sua cultura própria; e) estavam estreitamente ligadas aos problemas internos da comunidade; f) mantinham uma integração incompleta, sob a ótica cultural, se vistas no conjunto das instituições que regiam a vida social dos grupos de imigrantes. (SCHADEN, 1963). As escolas primárias catarinenses - objeto de nosso interesse – estavam situadas em áreas rurais do nordeste do estado, cujas comunidades ainda mantinham marcantes traços de identidade germânica.

Contudo, as primeiras medidas nacionalistas de após a I Guerra Mundial exigiram transformações nas escolas dos imigrantes. A partir de então, a administração e os professores deviam ser brasileiros natos e falantes do português e o currículo devia incluir noções de civismo, geografia e história pátrias. Quanto às disciplinas agora necessárias, o Decreto n. 1063, de 8 de novembro de 1917 assim rezava :

Art. 1. As escolas estrangeiras deverão incluir nos seus programmas o ensino das seguintes matérias, em língua vernácula:

- 1) linguagem oral e escripta;
- 2) historia do Brasil e educação cívica;
- 3) geographia do Brasil;
- 4) cantos e hymnos patrióticos. (SANTA CATARINA, 1919, p. 8).

Diversas instituições fecharam porque não conseguiram atender às exigências colocadas pelo conjunto da legislação. O artigo 1º. do decreto n. 1290, de 16 de outubro de 1919, não deixa dúvidas quanto às exigências feitas às escolas estrangeiras catarinenses, inclusive apontando as regiões onde se concentravam tradicionais escolas alemãs, instituições sobre as quais haviam desconfianças, especialmente em função das questões políticas que envolveram a Alemanha na I Guerra Mundial e que impulsionaram o governo brasileiro a investigar a natureza das instituições germânicas em seu território:

Ficam desde já fechadas as escolas particulares reabertas em Blumenau e Joinville e em outros quaesquer municípios do Estado com transgressão do decreto n. 1063, de 8 de novembro de 1917, e bem assim as escolas particulares ou municipaes regidas por professores que, impedidos de funcionar em virtude das ordens do Governo Federal baixadas em 1917, não tenham sido examinados de accordo com a legislação estadual. (SANTA CATARINA, 1919, p. 12).

Consideradas as chamadas Disposições Relativas ao Ensino Privado, publicadas pelo governo estadual catarinense em 1919, vemos que consistiam em um conjunto de sete leis – todas focalizando os estabelecimentos de ensino estrangeiros, pois eram tidos como iniciativas de ensino particular, salvo nos casos em que as escolas fossem subsidiadas pelos cofres públicos estaduais ou municipais. Conforme a Lei nº. 1283, de 15 de setembro de 1919, no seu parágrafo 1º, “Por escolas estrangeiras entendem-se aquellas em que uma ou mais matérias são ensinadas em língua estrangeira, ainda que o professor seja nacional.” (SANTA CATARINA, 1919, p. 12).

Particularmente na era Vargas, as políticas públicas em educação determinaram que as antigas escolas fossem incorporadas às redes públicas estaduais e municipais. Consideradas essas medidas coercitivas nacionalistas, podemos perguntar qual o seu impacto na educação escolar, passando então a tentar identificar como as determinações da legislação educacional da época, inoculadas pela inspeção escolar, ocasionaram transformações na gestão e nas práticas pedagógicas nas escolas primárias catarinenses. Em que medida as determinações da Diretoria de Instrução Pública e do Departamento de Educação foram atendidas pelos inspetores e seus auxiliares? O quanto essa ação promoveu a integração das escolas e de seus atores a uma cultura brasileira autêntica, conformando-os aos propósitos da campanha nacionalista? Quais os efeitos da campanha de nacionalização sobre os conteúdos, práticas pedagógicas, estruturas e mecanismos de gestão escolar?

Temos, portanto, que no panorama social do período, as escolas estrangeiras constituíam instituições vistas como local privilegiado para a elaboração de conteúdos alienígenas, não autenticamente brasileiros. Cabe discutir, então, o modo como se deu, na internalidade das instituições escolares situadas em comunidades étnicas, a implementação da proposta nacionalista. E situar, neste contexto, o papel dos inspetores escolares na campanha de nacionalização.

A inspeção escolar sob perspectiva histórica

No panorama da educação brasileira, as primeiras atividades que podemos associar à inspeção - ou mais de acordo com a linguagem da época, à supervisão – podem ser localizadas no Império. Assim destacamos:

O regulamento de 17 de fevereiro de 1854, no âmbito das reformas Couto Ferraz, estabeleceu como missão do inspetor geral ‘*supervisionar*, seja pessoalmente, seja por seus delegados ou pelos membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casas de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares.’ [...] Além disso, cabia também ao inspetor geral presidir os exames dos professores e lhes conferir o diploma, autorizar a abertura de escolas particulares e até mesmo rever os livros, corrigi-los ou substituí-los por outros. (SAVIANI, 2002, p. 23).

A figura do inspetor, nomeado de diferentes modos ao longo da história em conformidade com sua situação hierárquica e função, acompanhou as transformações educacionais: Inspetor-Geral ou Paroquial no período imperial, Inspetor de Distrito ou Supervisor na era republicana; em alguns momentos, os serviços de Inspetoria foram denominados de Diretoria de Instrução. (SÁ; SIQUEIRA, 2000; SAVIANI, 2002). Na legislação catarinense, no Regulamento Geral de 1913, os inspetores são listados no Título I – Da direcção suprema do ensino:

– Do Governador do Estado

Art. 1. A direcção suprema do ensino cabe ao Governador do Estado, que terá como auxiliares:

- a) o Secretario Geral;
- b) o Inspector Geral do Ensino, em comissão;
- c) o Director da Instrução;
- d) os Inspectores Escolares;
- e) os Chefes Escolares. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 2).

Delineando a importância da inspeção, o capítulo VI do mesmo Regulamento trata “Dos Inspectores Escolares” em dezessete artigos, especificando aspectos como os critérios de sua nomeação, a divisão dos distritos escolares a inspecionar, o regime de trabalho e suas incumbências. Destacamos os parágrafos 5º. e 10º. do artigo 27, pela sua relação com aspectos de controle que podem ser vinculados às orientações nacionalistas:

§ 5º. Instruir os diretores dos grupos escolares, professores das escolas isoladas e das ambulantes no cumprimento dos respectivos deveres, conforme os regulamentos, ordens e instruções do Governo;

[...] § 10º. Visitar os estabelecimentos de ensino municipaes, particulares e subvencionados pelas municipalidades, observando se respeitam as leis

e os regulamentos, sobretudo quanto ao ensino da língua vernácula e á hygiene, [...]. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 6-7).

Deste modo, ficavam estabelecidas as funções de vistoria e supervisão de que a inspetoria se incumbia. Em tempos de campanha nacionalista, as orientações do governo previam verificar o seu atendimento quanto à educação escolar. Dentre as várias preocupações, a questão lingüística pode ser destacada como um dos alvos centrais das ações da Inspetoria Geral do Estado de Santa Catarina. Nessa direção, o Decreto n. 1944, de 27 de fevereiro de 1926, que estabelecia o *Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes*, apontava o problema que constituía o pouco uso ou mesmo desconhecimento da língua portuguesa nas escolas estrangeiras: “[...] considerando que, nas zonas coloniaes, grande numero de crianças fala mal ou mesmo desconhece a língua nacional, o que torna inadequado o mesmo programma;” (SANTA CATARINA, 1926, p. 3). A exigência do uso do vernáculo nas escolas de imigrantes foi compreendida como aspecto fundamental na transformação das práticas pedagógicas que visavam nacionalizar. A extinção do uso do idioma alemão consistia em estratégia essencial para que a campanha atingisse seus objetivos. (LUNA, 2000; SANTOS, 2008). Diante desta problematização, passamos agora a apresentar o teor de relatórios de inspeção escolar elaborados em território catarinense no período.

Verificando os relatórios de inspeção escolar

Destinado ao registro das visitas de inspeção, o chamado livro de termos integrava a documentação das escolas e sua existência estava prevista no artigo 3º. do decreto n. 1063, de 8 de novembro de 1917: “Todas as escolas estrangeiras deverão ter um livro de termos, no qual as autoridades escolares lançaram as suas observações, advertências e penas.” (SANTA CATARINA, 1919, p. 9). A legislação também previu as visitas dos inspetores nos distritos que subdividiam o território catarinense, conforme especificava a Lei n. 1230, de 30 de outubro de 1918:

Art. 7. Os inspectores escolares deverão visitar constantemente as escolas e os estabelecimentos de ensino estadual, particular e municipal de seus districtos, obrigando os respectivos directores ou professores a cumprir os regulamentos e leis em vigor, bem como organizar o movimento escolar dos seus districtos, de accordo com os modelos existentes, e enviar ao Director de Instrucção. (SANTA CATARINA, 1919, p.10).

O livro de inspeção que serve como uma das bases documentais de nossa investigação é datado em seu termo de abertura de 1º. de julho de 1936 e se destinava ao relatos da visitação do inspetor escolar à Escola Mista Estadual de Estrada Isabel, localizada no distrito de Hansa, na área rural do atual município catarinense de Jaraguá do Sul. Cabe informar que esta instituição, então integrada ao sistema estadual, havia sido criada por uma Sociedade Escolar vinculada à Comunidade Evangélica Luterana local e até o momento de intervenção do governo era dirigida pela iniciativa particular das famílias de alunos. De fato, como verificamos em pesquisas sobre as origens das escolas alemãs nas zonas coloniais catarinenses, sua fundação remontava ao início daquele século. Foram os alemães e seus descendentes que deram início àquela instituição, conforme explica um relatório da direção da companhia colonizadora que vendera os lotes de terra aos imigrantes chegados no final do século XIX, documento inédito onde essa escola fundada na região da Vila Isabel aparecia, em 1904, com o nome de *Isabella-Strasse*. (BERICHT DER KOLONIE-DIREKTION HAMMONIA ÜBER DAS JAHR, 1904, 1905, p. 13).

A abertura do livro é assinada pelo inspetor escolar que também rubricou todas as suas cinquenta folhas, embora os termos de visita ocupem até a folha de número quarenta e um. Em ordem cronológica, a primeira visita foi registrada em 16 de junho de 1937 e a última data de 21 de junho de 1974. Exploramos, sobretudo, os escritos dos anos trinta e quarenta.

A análise dos vários registros de inspetores escritos neste livro nos possibilita identificar uma estruturação semelhante quanto à estruturação da redação, mesmo se comparamos textos elaborados por diversos inspetores, em diferentes épocas do período em análise. Geralmente, o relato dos termos de visita iniciava com a identificação da escola e a descrição da classificação e qualificação do professor, que aparece designado como regente ou interino, auxiliar, provisório, titulado ou não titulado, normalista ou não normalista. A seguir, no item matrícula, era registrada a quantidade de alunos por turma. A frequência mostrava os percentuais de frequência do dia da visitação do inspetor, contabilizando os faltantes e eventuais desistentes. Esse controle sobre a população atendida nas escolas era um dado que servia para informar ao governo a penetração de sua proposta pedagógica no universo de instituições transformadas: havia uma grande preocupação com a formação da infância, pois se entendia que era preciso “abrasileirar” as crianças descendentes de imigrantes, gerando os futuros cidadãos necessários à Pátria

brasileira em desenvolvimento. Tal controle pretendido foi exposto na Lei 1283, de 15 de setembro de 1919:

Art.23. Todas as escolas particulares ficam obrigadas a enviar aos inspectores escolares dos respectivos districtos, até o dia 15 de cada mez, o mappa da matricula e freqüência do mez anterior, sob pena de multa de dez a vinte mil réis e suspensão no caso de não o fazerem durante seis mezes. (SANTA CATARINA, 1919, p. 11).

Esse mesmo aspecto já estava previsto no Regulamento Geral de 1913, que listava entre as incumbências do inspetor o controle das freqüências docentes e discentes:

§ 6º. Verificar se a escola tem a matricula e a frequencia dos últimos mappas enviados pelos professores para o que, ao sair da Directoria da Instrucção, já levará os dados de todas as escolas do districto;

§ 7º. Fazer rapidamente as visitas administrativas, de modo que lhe seja possivel observar, no mesmo dia, a frequencia dos professores e a dos alumnos em todas as escolas da localidade onde chegar;

§ 8º. Permanecer na escola desde a sua abertura até o encerramento, em visitas technicas, nos dias immediatos ao que fala o § anterior, para:

- a) bem observar a escripturação;
- b) fazer repetir as aulas dentro do horário, que verificará nessa occasião. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 6).

Continuando a escrita do termo, seguia uma descrição da(s) sala(s) de aula, de seu mobiliário e do material didático em uso pelo professor e seus alunos. A denominada “escrituração” se referia ao “correto e atualizado” preenchimento de documentos como os livros de chamada, de matrícula e de registro de exames. Quanto à aprendizagem, eram feitas apreciações que podem ser indiretamente avaliadas através do item “aproveitamento”, em que o inspetor, muitas vezes mediante a aplicação de alguma testagem por ele mesmo criada, verificava as habilidades de leitura e de uso linguagem oral, a assimilação de conteúdos de Educação Moral e Cívica, de Aritmética, Língua Portuguesa, História e Geografia. O relatório de visita finalizava com uma “impressão geral” e com as “recomendações”. Assim, a inspeção escolar tomava caráter amplo, dedicando-se à avaliação de questões de infra-estrutura, de gestão escolar e didático-pedagógicas. Portanto, o inspetor devia checar o tipo de aula que os professores ministravam, quanto a aspectos metodológicos e de conteúdo:

[...] observar se o professor está leccionando de accordo com os processos indicados, e, no caso contrario, fazer novas aulas, avisando ao professor que noutra inspecção verificará a execução das suas determinações, feito o que lavrará o termo de visita, do qual constarão as suas determinações. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 6).

As visitas de inspeção às escolas das comunidades rurais deixaram registros que nos permitem descortinar a ótica governamental, uma vez que assimilavam as orientações do Departamento de Educação, a serviço da nacionalização. Ou seja, os relatórios evidenciam a relação entre a legislação oficial expressa nas leis, decretos, regulamentos e convenções do período e os modos como os inspetores demonstraram seguir os objetivos educacionais preconizados, desvelando suas intencionalidades e compromissos.

O termo de inspeção do dia 16 de junho de 1937 ajuda a perceber a organização da escola naquele momento. Como a maioria das escolas comunitárias rurais catarinenses, era multisseriada. Atendia 50 alunos, com 29 crianças no 1º. ano, outras 14 no 2º. e apenas sete do 3º. O inspetor observou que o regente atuava em caráter provisório, por causa do recente afastamento do professor que ensinava utilizando a língua alemã. Quanto às condições materiais, segundo o texto, “os bancos escolares eram antiquados e estavam em regular estado de conservação” e “[...] faltava o seguinte material didático: um mapa do Estado, uma Bandeira Nacional, giz, penas, tintas e papel almaço e livros didáticos.” Já “[...] a escrituração estava sendo feita conforme os modelos oficiais, mas com algumas rasuras e emendas; conferia.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3). Contudo, foi feita uma observação mais contundente do ponto de vista didático:

[...] o aproveitamento dos alunos foi sofrível em todas as matérias. Notei nulidade em Língua Nacional; a leitura pouco desembaraçada e clara; os alunos do 3º. ano estavam regularmente encaminhados em aritmética e os do 2º. ano já resolviam problemas sobre as quatro operações; o conhecimento da história Pátria, Geografia e Educação Cívica não satisfazia. (sic). (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3).

O que se destaca é a já apontada centralidade da questão lingüística na proposta nacionalista. Por isso, o domínio da língua nacional era um aspecto essencial a inspecionar, exigindo controle especial. Curiosamente, nos parece que à época havia uma ingênua pretensão dos legisladores. Ou seja, de que com base no que foi estabelecido pela legislação nacionalista até então exarada, que exigia o uso do vernáculo pelos professores e alunos nas escolas, de um momento para outro as crianças e suas famílias aprendessem e utilizassem com correção o português. Mas sabemos que o uso da língua alemã nas colônias rurais ainda era majoritário nas relações sociais cotidianas. E mesmo os professores que até então atuavam muitas vezes conheciam melhor a língua alemã do que a portuguesa. Já os docentes nomeados que chegaram às comunidades para substituir os

antigos mestres que ensinavam em alemão encontravam dificuldades na comunicação com os alunos e suas famílias, bem como no ensino em português para ouvintes que, obviamente, tinham dificuldades de compreensão. (BOMENY, 1999; LUNA, 2000; SANTOS, 2008).

À inspeção cabia mostrar o compromisso com a perspectiva de que a escola necessitava de uma reformulação em suas práticas. Em um de seus termos, um inspetor deixou recomendações que confirmavam suas preocupações, salientando sua responsabilidade com a ideologia educacional apregoada pelo governo:

Introduzir nas aulas de leitura e linguagem oral, a reprodução dos textos lidos e a conversação animadora sobre todas as cousas úteis e agradáveis, que interessam as crianças; cuidar, com ardor, da pronúncia correta e da significação dos vocábulos; aprimorar a aprendizagem da aritmética, direcionando-se até o perfeito desembaraço, nos pontos do programa; animar as crianças para o conhecimento da nossa História, da nossa Geografia, procurando meios intuitivos e atraentes (mapas, revistas, desenhos no quadro, visando à conservação de tudo que lhes fossem explicado; não esquecer as lições sobre a educação moral e cívica, sobre a higiene em geral. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3).

A questão lingüística era privilegiada nos relatórios de Ensino Primário Geral que deviam ser preenchidos e encaminhados à Inspetoria Geral, especificamente no item 24 – Liga Pró-Língua Nacional, através das perguntas: “Os alunos das primeiras séries têm sotaque estrangeiro? Todos ou parte? Qual o idioma que essa prosódia reflete?” (SANTA CATARINA, s.d). Verifica-se a preocupação com a língua como elemento vital na caracterização de uma população vista como genuinamente brasileira. Uma explicação dada pelo inspetor no seu parecer busca justificar a situação em que a escola se encontrava, devida especialmente à natureza da ação docente:

Ao atual professor não lhe cabe culpa sobre o fraco aproveitamento de seus alunos, porque faz quarenta dias que iniciou o exercício nesta escola. O atraso deduz-se pelo desleixo mantido pelo ex-professor [...] que sendo mestre nessa escola estadual e muito recomendado pelo meu antecessor, sôbre o ensino das matérias em vernáculo, ministrava todas as aulas no idioma alemão. (sic) (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3).

Cabia ao professor designado, sob as orientações da inspeção, atender aos preceitos nacionalistas do Departamento de Educação e da Inspetoria Federal. Em 26 de julho de 1938, numa nova visita realizada, o professor substituto foi elogiado pelo inspetor, sendo destacada sua atuação em prol da consecução dos objetivos de nacionalização:

O sr. Professor rege esta escola desde o mês de maio do ano de 1937, tendo melhorado muito a aprendizagem e o entendimento do idioma nacional dos alunos. O sr. Professor é esforçado e dedicado. Por isso, recomendo-lhe continuar reforçando as suas atividades na defesa dos sentimentos de brasilidade dos alunos. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 4).

Já na visita à mesma escola realizada em 28 de setembro de 1939, um inspetor chama a atenção para o fato de que o alcance da nacionalização, pelo menos quanto ao incremento na utilização da língua portuguesa, ainda não satisfazia: “Havia, no entanto, falta de entendimento e de manejo da linguagem vernácula. Poucas eram as expressões conhecidas dos alunos. Mesmo no 3º. ano havia vacilação. Ao par disso estava a timidez acentuada.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 4). O fator língua nacional continuava como objeto da inspeção, como registrou também o inspetor na visita de 11 de julho do ano seguinte: “A leitura foi mais ou menos boa, faltando, porém, a compreensão dos assuntos lidos.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 5).

O termo de visita de 27 de outubro de 1941 nos fala sobre a continuidade da proposta de nacionalização, especialmente porque foi assinado por um novo inspetor escolar, configurando que entre esses profissionais da educação havia um entendimento e ação comuns. Vejamos trechos que apontam tal perspectiva de seguimento às orientações governistas:

Aproveitamento: regular em leitura e insuficiente em linguagem oral e aritmética, **devido ao meio ainda pouco nacionalizado**; há 2 alunos de origem italiana, 2 de polonesa e 84 de alemã;

[...] Impressão geral: regular a boa; **o trabalho de nacionalização vai em bom caminho** e o professor é assíduo e pontual no cumprimento de seus deveres. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 6, grifo nosso).

Continuando sua redação, o inspetor se esmera nas recomendações, propondo orientações quanto à questão da língua nacional não somente ao professor, mas solicitando, também, o empenho das famílias dos alunos para que as novas aprendizagens fossem efetivadas. Isto ratifica o argumento de que os idealizadores e defensores do nacionalismo compreendiam que as propostas educativas para a escola primária teriam maior êxito se também fossem atingidos os lares dos imigrantes, pois o cultivo da língua estrangeira e de outros hábitos tidos como estranhos à nacionalidade brasileira eram nutridos no ambiente doméstico.

Constatamos um hiato temporal no livro de termo, uma vez que, seqüencialmente, a próxima visita registrada data de 5 de setembro de 1944. Mas embora haja esta descontinuidade nos registros, que indicaria a ausência de inspeção durante quase três anos, verificamos que o inspetor que redige e subscreve o termo é o mesmo que supervisionara aquela escola anteriormente. E a questão nacionalizadora continuava presente, agora enfatizando as disciplinas às quais cabia moralizar e abrigar as crianças: “Aproveitamento: [...] bom a muito bom e educação moral e cívica principalmente quanto ao ensino, digo, ao uso da língua nacional que vai se tornando mais intenso e extenso” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 7 e 8). Já no conteúdo redacional do termo de visita de 27 de agosto de 1945, o inspetor expressa: “Conceito: Noto, entretanto que o Sr. Prof. Tomelin é esforçado e pontual e que o trabalho de nacionalização vem sendo muito bem conduzido.”

A campanha nacionalista e a inspeção escolar: considerações finais

Nosso intento é a apresentação de elementos de nossas pesquisas que possibilitem compreender as relações entre o serviço de inspeção escolar e a campanha nacionalista em território catarinense durante as primeiras décadas do século XX. A consulta à legislação de época, bem como a análise dos termos de visita dos inspetores, nos permitiram delinear as funções e competências destes profissionais da educação. (SOARES; SILVA, 2006). Do mesmo modo, lançamos luzes sobre o nível de comprometimento da inspeção com as orientações emanadas dos governos estadual e federal, especialmente quando a causa de abrigamento defendida pela campanha de nacionalização deveria orientar a supervisão e controle das atividades nas escolas primárias, sobretudo naquelas instituições classificadas como estrangeiras e situadas em núcleos de colonização europeia no território brasileiro. Isto nos permite compreender que tal nacionalização significou um intenso e contínuo movimento que arregimentou diversos atores individuais e coletivos, destacando-se aqueles envolvidos na gestão das questões educativas nacionais.

Os resultados mostram que a inspeção escolar assimilou as orientações nacionalistas. A gestão se constituiu em instrumento técnico-pedagógico de controle, mas também ideológico, ficando a serviço do enaltecimento de valores e atitudes tidos como alicerces do patriotismo, alvejando uniformização e homogeneização, buscando transformar as escolas em ambientes de geração de uma nova infância e juventude, autenticamente brasileiras.

Os inspetores escolares e os professores designados, orientados pela Diretoria de Instrução, agiram conforme as orientações nacionalistas, contrapondo-se às perspectivas sociais e culturais historicamente elaboradas nas comunidades de imigrantes. Os termos de visita continham exigências para a atuação docente, quanto às ações pedagógicas e aos conteúdos curriculares, que pretenderam utilizar a escola como veículo para a construção de uma identidade nacional: os alunos das escolas estrangeiras precisavam abandonar referenciais individuais, familiares e coletivos em troca da assimilação da língua vernácula, de conhecimentos sobre a Pátria e de preceitos ético-morais impostos!

Nesse sentido, os termos de visita de inspeção escolar revelam as intenções de “abrasileiramento” impostas à educação escolar nas escolas primárias catarinenses das zonas coloniais de imigração alemã, configuradas como mais uma ferramenta do nacionalismo.

Referências

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GERTZ, René. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. p. 13-26.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O Português na escola alemã de Blumenau**: da formação à extinção de uma prática – Ensinávamos e aprendíamos a Língua do Brasil. Itajaí: Ed. da UNIVALI; Blumenau; Ed. FURB, 2000.

MÜLLER, Telmo Lauro. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. (Org.). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas; Autores Associados; SBHE, 2000.

SANTOS, Ademir Valdir dos. A escrita bilíngüe nos cadernos escolares dos descendentes de imigrantes alemães e o nacionalismo: escrita para a Pátria? **Roteiro**, Joaçaba, v. 32, n. 1, p.75-94, jan./jun. 2007/2008.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 13-38.

SCHADEN, Egon. Aspectos Histórico e Sociológicos da Escola Rural Teuto-Brasileira. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1963. p.65-77.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília: CPDOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 199-228.

SOARES, Maria Lucia de Amorim; SILVA, Leandro Nunes da. Diário de trabalho: relatos de um inspetor distrital de ensino sorocabano em 1925. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 7., 2006, Campinas. **Anais...** Campinas: HISTEDBR, 2006. CD-ROM. (v. 1, p. 1-15).

Fontes documentais

BERICHT der Kolonie-Direktion hammonia über das Jahr 1904. Hammonia, 1905.

ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL. **Livro do Termo**. 1936.

REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO. Florianópolis: Directoria da Instrução Publica do Estado de Santa Catarina, 1922.

SANTA CATARINA. **Disposições relativas ao ensino privado**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1919.

_____. **Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes**. Aprovado pelo Decreto n. 1944, de 27 de fevereiro de 1926. Florianópolis: Imprensa Official, 1926.

_____. Ensino Primário Geral – 1944 – Informação anual à-cerca da organização e aproveitamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Escola Isolada Municipal Lauro Muller. Jaraguá do Sul. [s.n.].[s.d.].